



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE/RO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0866615/2026/SEC-ADM/ALERO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviço técnico especializado em aperfeiçoamento de pessoal, nos termos do artigo 74, inciso III, alínea 'f', da Lei nº 14.133/2021, por meio de inscrição de servidores no **ML5 - Liderança nível 5**, a ser realizado na modalidade presencial, no período de 24 a 27 de agosto de 2026, na FEBRACIS, localizada na Emil Gorayeb nº 3566, São Joao Bosco, Porto Velho-RO, 76.803-728.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Inscrição de Servidores	Unidade	50	R\$ 5.997,49	R\$ 299.874,50

1.2 A Carga horário Total é de 40 (quarenta) horas.

1.3 **O presente feito fundamenta-se na solicitação realizada pela Secretaria Geral, por meio do Despacho ID 0810680.**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A necessidade de implementação do programa de formação ML5 – Liderança Nível 5 fundamenta-se no compromisso institucional com a busca pela excelência na gestão pública e no desenvolvimento contínuo de competências de liderança e governança estratégica. Identificou-se que o cenário da administração pública contemporânea impõe às instituições e ao seu corpo técnico demandas crescentes por eficiência, transparência e geração de valor público, as quais devem ser acompanhadas por estratégias modernas de gestão que considerem os seguintes fatores:

- **Promoção da Saúde Mental e Bem-Estar:** O reconhecimento de que a saúde mental é um direito fundamental e um dever do Estado vincula a administração pública à criação de meios que previnam o esgotamento profissional e doenças ocupacionais, garantindo um ambiente de trabalho saudável e produtivo.
- **Fortalecimento da Liderança Estratégica:** A complexidade da gestão contemporânea exige líderes capacitados para conduzir equipes com clareza de propósito, responsabilidade e visão orientada a resultados sustentáveis, superando modelos centralizadores em favor de uma gestão mais colaborativa.
- **Aprimoramento da Comunicação e do Clima Organizacional:** A necessidade de mitigar ruídos de comunicação institucional e fortalecer o relacionamento interpessoal é essencial para consolidar uma cultura de cooperação e reduzir conflitos internos.
- **Gestão por Competências e Perfis Comportamentais:** A utilização de ferramentas técnicas para o mapeamento de talentos permite um alinhamento mais assertivo entre as aptidões dos servidores e as funções que desempenham, otimizando o aproveitamento dos recursos humanos.
- **Governança e Responsabilidade Institucional:** A adoção de práticas de *compliance* e gestão por indicadores é imperativa para racionalizar a aplicação dos recursos públicos e assegurar que as entregas institucionais atendam às demandas da sociedade com maior efetividade e qualidade

2.2 A contratação visa suprir a lacuna de ferramentas técnicas que permitam aos gestores realizar o mapeamento de talentos e o desenvolvimento de competências socioemocionais (Inteligência Emocional), essenciais para a mediação de conflitos e para a construção de um clima organizacional saudável.

2.3 O programa de formação ML5 – Liderança Nível 5 possui como objetivo central promover o desenvolvimento integral das competências de liderança, comunicação institucional e gestão de pessoas entre os participantes, visando fortalecer a capacidade de condução de equipes, a tomada de decisão estratégica e o aperfeiçoamento do relacionamento interpessoal no ambiente organizacional. Esta iniciativa foca na melhoria da eficiência administrativa e na qualidade do serviço prestado à sociedade, buscando consolidar uma cultura de colaboração e excelência no âmbito da administração pública.

2.4 Para alcançar esse propósito, o curso busca desenvolver habilidades de liderança estratégica e situacional, capacitando os servidores para conduzirem suas equipes com clareza de propósito, responsabilidade e alinhamento institucional. No campo da comunicação, o objetivo é aprimorar as competências interpessoais e públicas, fortalecendo a escuta ativa, a argumentação e a construção de relações profissionais mais produtivas, o que se complementa com a capacitação para a gestão baseada em perfis comportamentais.

2.5 Essa abordagem permite uma compreensão profunda das diferenças individuais, favorecendo uma gestão de equipes mais assertiva e respeitosa, além de fortalecer a mediação de conflitos através de feedbacks estruturados e da gestão humanizada de relacionamentos.

2.6 Além do foco comportamental, a formação visa dotar os gestores de habilidades técnicas de planejamento e organização, integrando ferramentas práticas de gestão como a análise SWOT, o plano de ação 5W2H e a definição de metas SMART. Esses instrumentos são essenciais para a melhoria dos processos de trabalho e para garantir que as ações institucionais sejam efetivas e orientadas a resultados sustentáveis.

2.7 Ao final do programa, espera-se que os participantes estejam aptos a aplicar princípios de inteligência emocional na liderança, identificando e transformando crenças limitantes que possam impactar o desempenho profissional e a governança.

2.8 Por fim, o curso estimula a construção de uma postura de liderança ética e colaborativa, preparando os servidores para atuarem como agentes de desenvolvimento institucional capazes de implementar práticas de compliance e gestão por indicadores. O resultado pretendido é a criação de ambientes organizacionais mais saudáveis, produtivos e alinhados aos princípios modernos da gestão pública, garantindo que a administração possa gerar valor público e atender às demandas sociais com maior responsabilidade e qualidade.

2.9 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual do exercício de 2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A solução baseia-se na metodologia do Coaching Integral Sistêmico (CIS), que se diferencia por trabalhar de forma integrada as esferas racional e emocional, visando a alta performance sem comprometer a saúde ou o bem-estar. O programa é fundamentado em princípios da Neurociência, Psicologia Organizacional, Inteligência Emocional e sistemas avançados de análise comportamental. A proposta pedagógica busca preparar gestores e servidores para os desafios da gestão pública contemporânea, integrando aspectos comportamentais, emocionais e sistêmicos.

3.2 A solução é composta por **15 módulos** que seguem uma trilha de aprendizado lógico e crescente, conforme detalhado no projeto:

- **Fundamentos e Identidade:** Aborda a origem do coaching, o conceito de "Líder Nível 5" (baseado em Jim Collins) e o papel do líder como agente de transformação na administração pública.
- **Gestão Socioemocional:** Foca na Inteligência Emocional, na reprogramação de crenças limitantes e no uso de "Perguntas Poderosas" para estimular a autonomia das equipes.
- **Ferramentas Práticas de Gestão:** Ensina a aplicação de instrumentos estratégicos como **SWOT** (análise de forças e fraquezas), **5W2H** (plano de ação), **Metas SMART** e gestão de produtividade.

- **Liderança e Governança:** Finaliza com temas de **compliance, gestão por indicadores, tomada de decisão baseada em dados** e alinhamento do DNA organizacional com a cultura de resultados sustentáveis.

3.3 O programa oferece soluções diretas para os problemas diagnosticados através de intervenções específicas:

- **Desalinhamento de Perfis:** Utiliza o **CIS Assessment** para mapear perfis comportamentais e realocar talentos de forma estratégica.
- **Ruídos na Comunicação:** Aplica módulos de **Comunicação Assertiva e Empática** para adequar a linguagem dos líderes aos diferentes perfis de liderados e estruturar feedbacks eficazes.
- **Liderança Centralizadora:** Introduce práticas de **delegação consciente e empowerment**, visando reduzir a sobrecarga dos gestores e aumentar a autonomia das equipes.
- **Clima Organizacional e Conflitos:** Promove dinâmicas de resolução de conflitos e fortalecimento da empatia baseada em perfis comportamentais, visando reduzir o absenteísmo e o estresse.

3.4 A formação será conduzida de forma **teórico-prática**, garantindo aplicabilidade imediata no contexto do serviço público. As estratégias de ensino incluem:

- Aulas expositivas dialogadas e estudos de caso baseados em situações reais do ambiente institucional.
- Dinâmicas vivenciais, exercícios de campo e sessões estruturadas de coaching para prática orientada.
- Utilização de uma plataforma própria para emissão de relatórios comportamentais e diagnóstico organizacional.
- Acompanhamento da evolução dos participantes com foco na transferência do conhecimento para a rotina administrativa.

3.5 Como solução integral, o curso ML5 visa o fortalecimento da governança institucional e a melhoria da eficiência administrativa. Espera-se que, ao final do ciclo, a ALE/RO conte com líderes mais preparados emocionalmente, equipes mais engajadas e processos de trabalho otimizados por ferramentas técnicas de gestão. O impacto final pretendido é a qualificação das entregas à sociedade, com serviços prestados com maior responsabilidade, ética e qualidade, cumprindo o dever constitucional de eficiência e valorização do servidor.

3.6 O palestrante e treinador designado para conduzir a formação na Assembleia Legislativa é Marcelo Moretto, profissional que detém os títulos de Master Coach e Master Trainer pela Febracis. Com uma trajetória de mais de 25 anos na área de tecnologia, ele possui vasta experiência em cargos estratégicos dentro de grandes empresas nacionais e multinacionais, como o Grupo NC, Sanofi Aventis e Medley.

Abaixo estão os pontos principais de sua qualificação:

- **Experiência Prática em Desenvolvimento Humano:** Atuando como treinador exclusivo da Febracis desde 2020, Moretto acumula mais de 3.000 horas de atendimentos individuais de coaching e mais de 5.000 horas ministrando cursos e treinamentos em diversas empresas. Sua atuação possui alcance internacional, com atendimentos realizados no Brasil, Portugal e Japão.
- **Formação Acadêmica Robusta:** Possui Pós-Graduação em Administração de Empresas e MBA em Gestão de Projetos, ambos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Além disso, concluiu a Formação Platinum e Master Coach pela Febracis Escola de Negócios.
- **Especialidades Técnicas:** É especialista em treinamentos de alta performance, incluindo o ML5 (Formação em Líder Coach), Gestão de Pessoas com Perfil Comportamental e Planejamento Estratégico. Suas habilidades englobam o domínio da **Inteligência Emocional**, gestão de indicadores, liderança de equipes multidisciplinares e conquista de metas.

3.7 O treinamento é provido pela **Febracis Porto Velho** (Costa Desenvolvimento Pessoal e Profissional Ltda), instituição com histórico comprovado de atendimento a mais de **1.500 servidores públicos** em Rondônia. A expertise técnica é validada por entregas prévias em órgãos como o **TJRO, DETRAN/RO e SESA/RO**, garantindo a segurança institucional necessária para a execução do programa.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 presente Termo de Referência trata da contratação de serviço técnico especializado em aperfeiçoamento de pessoal, nos termos do art. 74, inc. III, alínea “F” da Lei nº 14.133/2021, a ser realizado por meio de inscrição no

evento do curso/evento: **ML5 - Liderança nível 5.**

4.2 Tal serviço, por sua vez, não está relacionado à incidência de impactos ambientais, de modo que não se faz necessário elencar, neste documento, critérios de sustentabilidade para a referida contratação.

4.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4 Não haverá exigência de garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21 e razão da natureza do objeto.

4.5 O Termo de Contrato será substituído por Nota de Empenho, nos termos do parágrafo único do artigo 9º, Anexo III da Resolução nº 593, de 30 de outubro de 2024 e do artigo 95 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a natureza da presente contratação, caracteriza-se como contratação com entrega imediata e integral dos bens e serviços, da qual não decorrem obrigações futuras entre as partes.

4.6 A escolha pela Nota de Empenho, em vez do Termo de Contrato, reflete a racionalização dos procedimentos administrativos, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021, e visa atender ao princípio da eficiência, simplificando as formalidades para contratações, desde que respeitados os critérios estabelecidos pela legislação. Assim, em conformidade com os dispositivos legais citados, a formalização da contratação por meio de Nota de Empenho é plenamente compatível com o ordenamento jurídico vigente.

4.7 Embora o art. 95 da Lei nº 14.133/2021 faça referência expressa às compras com entrega imediata e integral, a doutrina e os entendimentos dos órgãos de controle admitem interpretação extensiva para hipóteses de prestação de serviços de execução imediata, desde que não haja obrigações futuras permanentes, circunstância verificada no presente caso. Assim, não se vislumbra prejuízo jurídico ou risco à Administração quanto à adoção da Nota de Empenho como instrumento hábil de formalização.

5. DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO.

5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas e com as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, sendo cada parte responsável pelas consequências decorrentes de sua inexecução total ou parcial.

5.2 Considerando que se trata de uma contratação com entrega única e de curta duração, que não gera compromissos futuros, a fiscalização e gestão serão realizadas de forma simplificada por servidor designado pelo setor demandante, conforme o disposto no Art. 60, Capítulo VIII, da Resolução nº 593, de 30 de outubro de 2024, que estabelece as disposições regulamentares sobre as atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

5.3 Independentemente do instrumento que formalizar a presente contratação, a regularidade da execução será atestada pelo setor requisitante, em conjunto com o Setor de Almoxarifado e Patrimônio e com a Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços.

5.4 A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo setor demandante.

5.5 O servidor responsável pela fiscalização registrará todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, determinando as providências necessárias para a regularização de eventuais falhas ou defeitos observados.

5.6 O servidor designado deverá informar seus superiores, em tempo hábil, sobre qualquer situação que demande decisão ou providência além de sua competência, permitindo a adoção das medidas cabíveis.

5.7 O contratado será responsável por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, o objeto do contrato que apresente vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua execução ou dos materiais empregados.

5.8 O contratado responderá pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, sem que a fiscalização ou o acompanhamento por parte da contratante excluam ou atenuem essa responsabilidade.

5.9 O contratado será exclusivamente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

5.10 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo pagamento nem poderá onerar o objeto do contrato.

5.11 As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.12 A Assembleia Legislativa de Rondônia poderá convocar representante da empresa contratada para adoção imediata de providências necessárias ao cumprimento do contrato.

5.13 A execução contratual observará as seguintes rotinas:

5.13.1 A avaliação da execução do objeto será baseada no ateste do servidor ou aluno quanto à devida prestação do serviço, incluindo cursos de capacitação, sendo que eventuais redimensionamentos no pagamento observarão os indicadores estabelecidos, nos seguintes casos:

- a) quando a contratada não produzir os resultados esperados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) quando a contratada deixar de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los em quantidade ou qualidade inferior às estabelecidas no contrato;
- c) no caso de inexecução total do serviço contratado, a contratada não fará jus ao pagamento do valor previamente acordado e empenhado;
- d) caso o serviço seja prestado parcialmente, o pagamento da nota fiscal será proporcional às horas-aula efetivamente executadas.

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

6.1 A presente justificativa tem por finalidade embasar a contratação direta, com fundamento na inexigibilidade de licitação prevista no artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, para a prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, voltados ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

6.2 O artigo 74 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição, em especial na contratação de serviços técnicos especializados prestados por profissionais ou empresas de notória especialização. A alínea "f" do inciso III desse artigo contempla expressamente os serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, desde que preenchidos os requisitos de natureza predominantemente intelectual e de notória especialização.

6.3 A inexigibilidade de licitação justifica-se quando não houver concorrência viável, seja por razões de exclusividade ou especialização do prestador. No caso de treinamentos e aperfeiçoamento de pessoal, a inviabilidade de competição decorre dos seguintes fatores:

- a) Conteúdo e metodologia exclusivos – O treinamento possui abordagem, técnicas e conteúdo desenvolvidos com base na experiência específica e no conhecimento aprofundado do prestador, não sendo passível de substituição sem prejuízo da qualidade e dos objetivos institucionais.
- b) Notória especialização – O prestador dos serviços detém reconhecida experiência, reputação e conhecimento comprovado na área de atuação, demonstrados por meio de publicações, premiações, participação em eventos e formação acadêmica especializada.
- c) Resultados comprovados – O treinamento proposto já foi aplicado em outras instituições, apresentando resultados positivos, o que evidencia a efetividade da metodologia e a expertise do prestador.

6.4 A contratação do serviço especializado de treinamento proporcionará os seguintes benefícios:

- a) Capacitação qualificada dos servidores, alinhada às necessidades estratégicas da Administração Pública;
- b) Atualização técnica baseada em melhores práticas do setor;
- c) Aumento da eficiência na execução das atividades institucionais;
- d) Redução de custos operacionais a longo prazo, em razão do aprimoramento profissional.

6.5 Ademais, a qualificação dos palestrantes/instrutores conforme documento 0814203 e a estrutura e metodologia do evento conforme proposta nº 0866613 demonstram a total adequação da contratação à legislação vigente.

6.6 Diante do exposto, a contratação da **Costa Desenvolvimento Pessoal e Profissional LTDA (Febracis)** para realização do **ML5 - Liderança nível 5** com fundamento na inexigibilidade de licitação prevista no artigo 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, mostra-se medida adequada e vantajosa para a Administração Pública, garantindo capacitação de qualidade e alinhamento com os princípios da eficiência e economicidade.

6.7 Diante do exposto, a contratação por inexigibilidade é plenamente justificável, estando em conformidade com a legislação vigente e a jurisprudência aplicável.

7. JUSTIFICATIVA DE PREÇO

7.1 A contratada deve justificar o preço, de modo a demonstrar a razoabilidade do valor apresentado na proposta e assegurar a economicidade da contratação, considerando, preferencialmente:

- a) os preços praticados pela contratada em outras contratações públicas ou privadas;
- b) os valores constantes em bases oficiais, publicações ou estudos setoriais;
- c) a compatibilidade com contratações similares da Administração;
- d) os custos detalhados da execução, quando aplicável.

7.2 A justificativa não se confunde com a pesquisa de preços e deve analisar criticamente a adequação do valor ao mercado e à singularidade do objeto.

7.3 A proposta apresentada para a Assembleia Legislativa prevê a realização do ML5 - Liderança nível 5 com duração de 4 dias para um grupo de 50 pessoas. O valor unitário estabelecido na proposta é de R\$ 5.997,49, totalizando um investimento institucional de R\$ 299.874,50.

7.4 Abaixo estão detalhados os dados das notas fiscais emitidas pela empresa **Costa Desenvolvimento Pessoal e Profissional LTDA (Febracis Porto Velho)**:

Órgão / Instituição	Número da Nota	Data de Emissão	Qtd. de Inscritos	Valor Unitário	Valor Total
ADRIANA GOMES ROSA	998	31/10/2025	1	R\$ 8.997,00	R\$ 8.997,00
NAIARA CRISTINA VIEIRA MIRANDA	999	31/10/2025	1	R\$ 11.996,43	R\$ 11.996,43
SAMANTA MELO DIAS	1001	31/10/2025	1	R\$ 9.997,00	R\$ 9.997,00
PLINIO CESAR DE LIMA APRIGIO	1003	31/10/2025	1	R\$ 10.499,52	R\$ 10.499,52
Assembleia Legislativa (ALE/RO)	Proposta Atual	-	50	R\$ 5.997,49	R\$ 299.874,50

7.5 O valor unitário proposto para a ALE/RO (R\$ 5.997,49) é significativamente inferior ao maior valor praticado no mercado local para o mesmo treinamento (R\$ 11.996,43), representando uma economia de aproximadamente **50%** por participante em relação ao teto verificado nas notas fiscais.

7.6 A diferença de valores justifica-se pelo volume da contratação. Enquanto as notas fiscais tratam de vendas avulsas e individuais, a proposta para a ALE/RO é estruturada para um grupo fechado de 50 servidores, otimizando os custos operacionais da instituição de ensino.

7.7 Esta comparação atende ao disposto no Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que determina que o valor estimado seja compatível com os preços praticados no mercado, utilizando inclusive a base nacional de notas fiscais eletrônicas como parâmetro de aferição.

7.8 Dessa forma, a proposta apresentada pela **Febracis Porto Velho** (Costa Desenvolvimento Pessoal e Profissional LTDA) mostra-se altamente vantajosa para o erário, garantindo a prestação de um serviço de alta performance com valores abaixo da média praticada para contratações isoladas no estado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 O fornecedor foi selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inc. III, alínea "f" da Lei n.º 14.133/2021, em razão da notória especialização dos instrutores e da robustez do conteúdo programático estabelecido, conforme evidenciado no presente Termo de Referência.

8.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.
- e) 8.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

8.3 Para fins de habilitação Jurídica, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- f) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4 Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5 Para fins de qualificação técnica, deverá o interessado apresentar:

- a) Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de

certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

b) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- I. Conter clara e precisa identificação do fornecedor do atestado de capacidade técnica;
- II. Identificação do responsável pela expedição e assinatura;
- III. Descrição do produto ou objeto licitado/adquirido.

c) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

d) Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

e) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

f) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.6 Disposições gerais sobre habilitação:

a) Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

b) Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

c) Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

d) Para fins de qualificação Econômico-Financeira a interessada deverá apresentar certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9. VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor total da contratação é de R\$ 299.874,50 (duzentos e noventa e nove mil oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos) para um quantitativo de 50 (cinquenta) participantes.

9.2 No valor acima, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10. PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado por intermédio de depósito em conta bancária da contratada, respeitadas as condições previstas no instrumento convocatório ou no contrato.

10.2 O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, conforme os termos e condições estabelecidos na Resolução nº 593, de 30 de outubro de 2024.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.3 Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto;

11.4 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato

11.5 Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários à prestação dos serviços;

11.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros,

ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1 Executar o objeto conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta.

12.1.2 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.1.4 Não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para inexigibilidade ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

13.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

13.2.4 Multa:

- a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- b) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- c) A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º Lei n. 14.133).

13.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º Lei n. 14.133).

13.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 Lei n. 14.133).

13.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º Lei n. 14.133):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei n. 14.133).

13.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

13.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Assembleia Legislativa de Rondônia deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Ação: 2253 PROMOVER A CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL
- II. Natureza da Despesa: 33.90.39.26 CURSOS, TREINAMENTOS E APERFEIÇOAMENTO
- III. Fonte de Recurso: 1.500.0.00001 Recursos não Vinculados de Impostos.
- IV. Valor: R\$ 299.874,50 (duzentos e noventa e nove mil oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).

15 OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

15.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16 CONSIDERAÇÕES GERAIS

16.1 A elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) é dispensada nas seguintes hipóteses de contratação direta, conforme o § 1º do Art. 1º do Anexo II da Resolução nº 593/2024:

- I. Art. 75, incisos II, III, IV, VII e VIII da Lei nº 14.133/2021.
- II. Art. 74, inciso III, alínea “f” e na contratação de palestrantes.

16.2 As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente Termo de Referência.

Elaborado por:

MARIA CLARA SOUZA SANTOS

Assessora Especial - SEC-ADM/ALE-RO

Revisado por:

DIEGO RAMOS SILVA

Analista Legislativo - SEC-ADM/ALE-RO

De acordo por:

MAYARA GOMES FREIRE DA SILVA GABRIEL

Secretária Administrativa - SEC-ADM/ALE-RO

Aprovo o presente Termo de Referência,
nos termos da Resolução nº 593
de 30/10/2024 artigo 17 Inciso II.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário Geral - ALE/RO



Documento assinado eletronicamente por **Diego Ramos Silva, Analista Legislativo**, em 14/08/2026, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Clara Souza Santos, Assessor Especial**, em 14/08/2026, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mayara Gomes Freire da Silva Gabriel, Secretária Administrativa**, em 14/08/2026, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini, Secretário Geral**, em 14/08/2026, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.al.ro.leg.br/validar>, informando o código verificador 0866615 e o código CRC 95B1C4FC.